

# A NATUREZA NA PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA: O CENÁRIO DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA ATUALIDADE

## *NATURE IN VIEW OF CAPITALIST PRODUCTION: THE SCENE OF EXPLOITATION OF NATURAL RESOURCES IN THE PRESENT*

*Paulo Henrique Kingma Orlando<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

A preocupação com as questões ambientais tem levado muitos pesquisadores a se debruçarem nas pesquisas e estudos sobre o meio ambiente e a natureza. Contudo, tais estudos, por vezes, não trazem uma reflexão mais profunda sobre a relação do Homem com a natureza o que tem levado a uma incompreensão das verdadeiras causas dos problemas ambientais. O texto procura refletir sobre essa relação no sistema capitalista buscando subsídios para uma reflexão mais lúcida da temática.

**Palavras-chave:** Relação Homem - Natureza. Mercadoria. Degradação Ambiental.

### **Abstract:**

Concern over environmental issues has led many researchers to dedicate themselves to research and studies on the environment and nature. However, such studies sometimes do not bring a deeper reflection on the relationship of man with nature which has led to a misunderstanding of the true causes of environmental problems. The text seeks to reflect upon this relationship in the capitalist system seeking grants for a more lucid reflection of the theme.

**Keywords:** Relationship Man - Nature. Merchandise. Environmental Degradation.

---

<sup>1</sup> Possui formação técnica (Metalurgia, pelo Colégio Técnico Universitário da UFJF (1983) hoje IFET Sudeste Mineiro , graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1987), graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1991), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006).

## INTRODUÇÃO

A espécie humana no seu percurso na superfície da Terra tem transformado o meio em que vive, de forma diferenciada, conforme o período histórico analisado. Se no início de seu processo de fixação nos lugares o impacto de seu sedentarismo era muito pequeno, com o transcorrer do tempo esse se intensificou e chega aos dias atuais revelando uma magnitude de alcance regional e até mesmo planetário, como demonstra o possível aquecimento global.

Há de se distinguir, contudo, que essa história da relação das sociedades com a natureza teve características particulares conforme o processo de evolução das técnicas, que estiveram intimamente alinhadas às formas predominantes de organização societária e de apropriação e exploração dos recursos naturais disponíveis em cada lugar. Assim a compreensão do que denominamos relação Homem – Natureza necessita de uma reflexão que revele o momento em que estamos falando dessa relação e as condições históricas existentes em cada período em questão.

Uma leitura focada após o advento dos anos que configuraram a revolução industrial vai revelar particularidades importantes para a compreensão da forma

como a sociedade vem se apropriando e utilizando os recursos existentes na natureza, notadamente a partir do século XIX até os dias atuais.

Torna-se importante frisar que a revolução industrial inaugurou novas formas da relação entre trabalho e capital e as máquinas substituíram o trabalho humano em muitas atividades. As cidades se metamorfosearam de lugares administrativos, comerciais e manufatureiros em locais da concentração das fábricas, de seus trabalhadores e de uma nova organização espacial.

A partir desse momento a forma e a intensidade com que a sociedade vai explorar os recursos da natureza se intensificam e a técnica amplia a capacidade de intervenção no meio. As relações entre os homens concretos ganham contornos agudos separando em classes sociais distintas trabalhadores e proprietários dos meios de produção.

O resgate feito até aqui não abarca a complexidade desse momento histórico, apenas procura evidenciar o surgimento de um novo período no que concerne a apropriação e exploração da natureza. E é a partir desse ponto que o texto irá refletir sobre a forma como a sociedade, organizada sob os ditames do modo de produção capitalista, cria condições específicas que deli-

neiam a relação Homem – Natureza, compreendida no texto como uma relação para além de explicações ideológicas pautadas em visões distorcidas da realidade.

O intuito exploratório do texto coloca-o como uma reflexão teórica, a nosso ver necessária, para desmistificar as visões comumente aceitas da relação do Homem com a natureza e busca dar maior aporte teórico para a compreensão desse tema.

### RELAÇÃO HOMEM – NATUREZA OU RELAÇÃO SOCIEDADE – NATUREZA?

A relação Homem – Natureza para ser compreendida em sua complexidade requer que se avance na direção da compreensão do homem concreto como um ser social. Isso implica reconhecer a necessidade de saber dos vínculos existentes entre os homens concretos e, então, a partir daí, vislumbrar a relação existente entre estes e a natureza que os contém e os contorna. Essa relação ganha, portanto, uma dimensão muito mais de relação sociedade – natureza, como vamos procurar desvendar.

Por entendermos que a natureza é uma totalidade em que o mundo físico-químico-biológico e o meio

social coexistem de forma metabólica, a separação sociedade – natureza só se torna procedente para fins de análise da realidade. Sociedade e natureza (mundo físico-químico e biológico) dizem respeito a duas dimensões de uma mesma realidade, a natureza em sua totalidade. A primeira, a esfera do social, dos fatos sociais e a segunda, a esfera dos fenômenos encontrados no meio físico. Posto isso, faz-se necessário, agora, adentrarmos no estudo da maneira como o homem, organizado em sociedade, se relaciona com o mundo físico-químico e biológico que o contém e o rodeia.

Assim, partindo do fato de que as relações do Homem (aqui abstrato) com a natureza se dão através da mediação dos homens concretos em suas relações sociais (instituições, cultura e modo de produção), os homens, ao produzirem valores de uso e, posteriormente, valores de troca, produzem natureza, uma vez que são também natureza (é a *natureza homem* produzindo a *natureza valores de uso e valores de troca*). Essa idéia nasce da compreensão de que o homem é, acima de tudo, natureza e através do trabalho produz coisas e objetos que igualmente devem ser considerados como natureza, uma vez que vêm da própria natureza. E toda essa produção tem, no trabalho social, a condição, o fator que move esse processo.

Smith (1988) fala sobre o assunto:

Com a produção para a troca, a produção da natureza ocorre em escala ampliada. Os seres humanos não produzem somente a natureza imediata de sua existência, mas produzem toda a textura social de sua existência. (SMITH, 1988, p. 82).

O autor salienta nessa passagem que os homens ao produzirem mercadorias, produzem igualmente natureza (objetos, artefatos, etc.) e ao fazer esse processo em escala ampliada estão revelando os contornos da organização social existente que possibilita essa produção.

## MOMENTOS DISTINTOS DE UMA ÚNICA NATUREZA!

Para Caseti (1995, p.11) “é através da transformação da primeira em segunda natureza que o homem produz os recursos indispensáveis à sua existência”. Para esse autor existiriam dois momentos distintos em relação à natureza: um primeiro estaria relacionado aos acontecimentos que precedem a existência do Homem sobre a Terra (a primeira natureza); e o ou-

tro começaria a partir de sua existência e ação sobre a natureza primitiva, originando o conceito de segunda natureza.

Contudo, primeira e segunda natureza seriam tão somente momentos distintos de uma única natureza, não havendo, portanto, separação homem-natureza, e sim uma interação dialética. Não obstante tal colocação há de se considerar que tal leitura despontou mais recentemente, século XX, em determinadas áreas do conhecimento científico, coexistindo ainda com a dicotomia Homem - Natureza encontrada em diversos campos da ciência.

A primeira natureza é entendida como aquela que precede a história humana. Portanto, onde as propriedades geológicas encontram-se caracterizadas por um equilíbrio climático, entre potencial ecológico e a exploração biológica e todas as alterações acontecidas resultam dos próprios efeitos naturais - alterações climáticas, atividades tectônicas [...] - onde as próprias “leis da natureza” respondem pelo equilíbrio de fases resistísticas. Essa natureza deve ser entendida desde o pré-cambriano até o “alvorecer” da existência

humana. [...] Com o aparecimento do homem, em algum momento do pleistoceno, a evolução das forças produtivas vai respondendo pelo avanço na forma de apropriação e transformação da “primeira natureza”, criando a “segunda natureza”. Assim, conclui-se que a história do homem é uma continuidade da história da natureza, não existindo, portanto, uma concepção dualística de natureza. (CASSETI, 1995, p.12).

Ainda, o autor salienta que a forma de apropriação e transformação da natureza é determinada pelas leis transitórias da sociedade, não correspondendo às leis que os físicos encontram na “primeira natureza”. Dessa forma, a produção humana é um processo pelo qual a natureza é alterada, configurando-se, portanto, *um processo de produção da natureza*.

## O TRABALHO COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA

É através do trabalho produtivo social, uma vez que é realizado em sociedade, que o homem entra em interação com a natureza para produzir valores de uso e valores de troca necessários à sua existência. Assim, pode-se reconhecer o trabalho como o mediador

universal da relação (interação) Homem–natureza, podendo-se considerar tal relação como uma relação de trabalho.

É através do trabalho que se torna possível a interação do homem com a natureza. A atividade do homem altera a natureza externa, constituindo-se em uma atividade produtiva, diferenciando-o, assim, dos demais animais.

Para Santos<sup>2</sup> (apud CASSETI, 1995), ocorre o seguinte:

O homem separa-se, precisamente, dos outros animais a partir do momento em que começa a produzir e reproduzir suas condições de vida, quando desenvolve potencialidades não só de seu próprio organismo, como também dos instrumentos criados para ampliar o poderio de suas mãos e de seus braços. Esse domínio gradativo sobre os meios de trabalho vai libertando o homem das limitações que até então lhe impunha a natureza exterior, com a qual se sentia organicamente identificado; ao mesmo tempo este vai elaborando um novo modo de relacionamento com ela, ao se apropriar

<sup>2</sup> SANTOS, T. dos. **Forças produtivas e relações de produção**. Ensaio Introdutório. Petrópolis: Vozes, 1984.

de suas características menos aparentes para submetê-la à sua vontade, uma vontade que vai se apurando em fins objetivos e necessidades sempre mais definidas. (SANTOS, Apud CASSETI, 1995, p. 15).

A sociedade se configura, dessa forma, como um ente social complexo cuja organização interna se assenta em um conjunto de ligações e relações fundamentadas no trabalho. Por sua vez, esse trabalho encontra-se vinculado aos processos de transformação da natureza pelo homem. Aqui surge um ponto fundamental da discussão, ou seja, como se processam as relações entre os homens concretos nos diversos modos de produção, uma vez que a forma como os homens vão se relacionar com a natureza vincula-se ao modo como os homens se relacionam entre si.

Assim, podemos verificar, no pensamento de Carvalho (1991, p.22) que os homens “não se relacionam com a natureza, ou a conhecem de uma maneira abstrata e genérica, mas segundo as necessidades impostas pelo relacionamento que mantêm entre si”.

Numa linha de raciocínio análoga podemos encontrar nas reflexões de Smith (1988), quando ele assinala a questão do desenvolvimento da sociedade capitalista e a geração de uma produção excedente:

O desenvolvimento social arrebenta o equilíbrio harmonioso da natureza. De uma forma ou outra, esse excedente encontra-se apropriado da natureza e, a fim de acelerar sua produção regular e distribuição, requerem-se instituições sociais específicas e formas de organização. Isto por sua vez, altera a relação social com a natureza. O indivíduo natural abstrato (“homem”) não mais se ajusta simplesmente em um meio ambiente igualmente natural, pois a relação com a natureza é mediatizada através das relações sociais. (SMITH, 1988, p. 76).

A partir dessas reflexões pode-se considerar que os fenômenos resultantes da relação homem–natureza são oriundos das relações entre os homens, de acordo com o modo de produção vigente. Nesse sentido, é justo assinalar que as relações de produção, relações entre os homens concretos, são influenciadas pelas leis e costumes, ficando essas leis e costumes vinculados à formação econômico-social.

Para uma compreensão mais exata desse processo é de fundamental importância considerar o modo de produção onde se insere uma formação econômico-social.

Analisando os diversos modos de produção<sup>3</sup> existentes chegamos a algumas anotações imperiosas: em primeiro lugar, deve-se considerar a base ou infraestrutura do modo de produção, que é comandada pelas relações de produção. São essas relações que respondem pelas relações de trabalho entre os homens, as formas de propriedade, as formas de distribuição e as formas de troca nos diferentes modos de produção. Deve-se, a seguir, entender as forças produtivas como aquelas que ligam diretamente, pelo trabalho, os homens à natureza e que se dão diferentemente segundo as épocas da história da humanidade. No campo das forças produtivas encontramos a força de trabalho e os meios de produção, nestes últimos se encontram os objetos de trabalho, e eles estão vinculados ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia (CASSETI, 1995).

<sup>3</sup> Existentes em cada período histórico da sociedade segundo as formas particulares dos homens se relacionarem entre si objetivando a produção dos valores de uso e de troca necessários à existência da própria sociedade

## MODO DE PRODUÇÃO E RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

Podemos observar na figura 1, um esquema de como se pode conceber o conceito de modo de produção. A seguir, no texto, e apresentada uma visão geral que procura evidenciar melhor as colocações até aqui realizadas. Nele são ressaltadas categorias comumente utilizadas para explicar o modo de produção vigente em determinado período histórico. Sendo ressaltadas as relações de produção (relações homem- homem) e as forças produtivas (relações Homem- natureza) que devem ser compreendidas como uma relação sociedade – natureza.

No campo das forças produtivas é que se dá o trabalho realizando a relação do homem com a natureza e a produção material das coisas. Essas forças produtivas estão, por sua vez, ligadas através das relações econômicas e sociais às relações de produção, que determinam tanto as relações de trabalho quanto a forma de propriedade nos diferentes meios de produção.

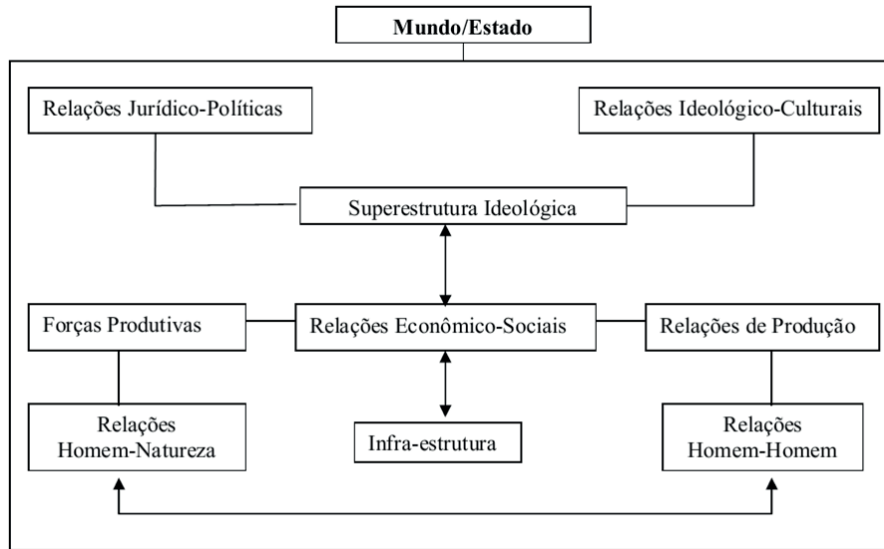


Figura 1- Esquema do Modo de Produção  
Fonte: Removida para não identificação de autoria

Por seu turno no campo das relações de produção, que conduz a relação do homem com a natureza, têm-se as bases, a partir da infraestrutura, que vão responder pela dinâmica da superestrutura, ou seja, as concepções político-jurídicas, filosóficas, éticas, artís-

ticas e suas instituições correspondentes, representadas pelo próprio Estado.

Se, por um lado, as forças produtivas correspondem ao conteúdo do processo produtivo, por outro, são as relações de produção que vão caracterizar o



modo de produção existente em cada período histórico. O processo de apropriação e transformação da natureza é o responsável pela existência dos problemas de degradação ambiental, posto que tal realidade possua origem no próprio interior das relações sociais.

No capitalismo, a reprodução material se inspira na obtenção de benefícios; é um processo de desenvolvimento das forças imanes que não se conjuga com as necessidades e demandas do indivíduo real, nem com as possibilidades e os limites da natureza exterior. (FROLOV<sup>4</sup> apud CASSETI, 1995, p.21).

Aqui, ainda cabe frisar que as relações de produção, relações de trabalho, existentes dentro do modo de produção capitalista se baseiam na exploração da força de trabalho pelo pagamento de salários, que ficam abaixo do valor real do trabalho realizado para a produção de determinada mercadoria, gerando, assim, a mais valia.

Nesse contexto, ainda há de se ressaltar a forma de propriedade existente: a privada. Nesse modo de produção, as relações entre os homens concretos se

dão conforme uma estrutura social composta de classes distintas. Destacam-se, nesse cenário, de um lado os proprietários dos meios de produção, do dinheiro e das mercadorias e, do outro, o trabalhador, que, possuindo tão somente sua força de trabalho, se submete a vendê-la aos possuidores dos meios de produção.

No capitalismo dependente e excludente como o brasileiro, tais considerações se agravam. Se por um lado o Estado é permeável às determinações do capital estrangeiro, o que pode ser justificado pelo grau de dependência gerado pela dívida externa, por outro, encontra-se subordinado aos interesses do capital interno, como o dos grandes latifundiários ou grandes grupos econômicos. A imposição do direito de propriedade é tal que acaba obstando a possibilidade de uma reforma agrária, apesar de esta se constituir em alternativa para a própria evolução capitalista. A ação governamental encontra-se fundamentada na legislação vigente, que tem por função, proteger o capital. Portanto, o Estado exerce a violência que legitima os privilégios de classe. (CASSETI, 1995, p. 22).

O autor afirma ainda que a mídia se tornou um dos mais importantes instrumentos do sistema, contri-

<sup>4</sup> FROLOV, I. Interpretacion Marxista-Leninista del problema ecológico. In: *La sociedad y medio natural*, p. 14-26.

buindo para a formação da personalidade. Aponta que a ideologia capitalista “convence as massas” de que o avanço do conhecimento científico e tecnológico são alicerces para o bem-estar social, deixando, contudo, de observar *para quem*, camuflando assim a realidade.

## HOMEM- NATUREZA UMA RELAÇÃO PREDATÓRIA

Gonçalves (1984) coloca, refletindo sobre o movimento ecológico, a necessidade de abandonarmos uma leitura genérica da problemática ambiental e nos pautarmos por um entendimento mais crítico dessa questão. Assim, ele assinala:

Se o modo como os homens se relacionam com a natureza depende do modo como os homens se relacionam entre si, não se pode trabalhar seriamente no movimento ecológico sem se precisar muito bem o significado das relações sociais em que vivemos para compreensão de nossas relações com a natureza. O movimento ecológico conseguiu resgatar uma questão da máxima importância ao chamar a atenção para o fato de que a história dos homens é parte da história da natureza. (GONÇALVES, 1984, p. 33).

Por sua vez, Ruy Moreira (1981, p.77) afirma que “como o processo de trabalho é uma relação homem-meio, apontada para o lucro pela via da produção de mercadorias de baixo custo, a relação é de predação.”.

Concordando com essa abordagem, podemos verificar que a natureza não permanece externa ao homem, pois, a cada dia, são observados o aparecimento de solos erodidos, paisagens desfiguradas e poluição e degradação de toda sorte dos recursos naturais.

Se num primeiro momento a natureza é transformada pelos homens concretos, via trabalho, em paisagens degradadas, num segundo, essa natureza degradada se coloca como realidade a estabelecer as novas possibilidades de interação. Nesse processo dialético a natureza é de início modelada pelas mãos dos homens concretos e num momento seguinte estabelece as condições de sua nova modelação (transformação).

Como o processo de interação homem-natureza tem se baseado, na atualidade, numa lógica insustentável, a degradação das paisagens aumenta cada vez mais e graves questões ambientais tem surgido.

Dessa forma, a relação do homem com a natureza depende da relação entre os homens, que por sua vez, está ligada à propriedade das forças produtivas. Nesse

sentido, a relação Homem–natureza é, ao mesmo tempo, ecológica e histórico-cultural. O agravamento dos impactos ambientais tem se dado em função de um desenvolvimento anárquico no seio das forças produtivas dentro do modo de produção capitalista enquanto, igualmente, as relações de produção são pautadas no domínio e na submissão.

Uma contribuição importante no debate sobre a utilização da natureza nos dá Marcos de Carvalho (1991), quando afirma que existe uma intenção real em mistificar o tema com o intuito de colocar uma “cortina de fumaça” para que as pessoas não percebam que é das relações entre os homens concretos que nasce toda forma de alteração da natureza, ou seja, sua degradação, inclusive da natureza humana.

Desta socialização forçada de responsabilidades é que surge a idéia do “homem abstrato” que destrói e explora a natureza, da qual hoje tanto se fala e nas quais muitos de nós, com ingenuidade “embarcamos”. Na verdade trata-se de uma “cortina de fumaça” que impede as pessoas de verem um pouco além das paisagens degradadas, ou de percebê-las como resultado da exploração do trabalho de homens concretos. A idéia

do “homem abstrato” permite àqueles que já lucraram com a industrialização da natureza lucrarem também com a socialização dos prejuízos, impondo-nos a todos que paguemos – via impostos, por exemplo – pelo custo da despoluição. (CARVALHO, 1991, p. 67-68).

Esse autor ainda afirma que uma parcela crescente do movimento ecológico, por não ter compromissos com a acumulação do capital, não se dispõe a propor paliativos para as questões ambientais com o intuito de dar continuidade ao processo de exploração da natureza, inclusive a humana. Essa parcela busca cada vez mais explicitar o verdadeiro processo de degradação da natureza, o modo de produção capitalista e seu frenético desejo de lucro à custa de relações opressivas e exploratórias sobre a grande massa de pessoas, que se vêem, assim, degradadas, pelas suas condições precárias de existência.

Para Ruy Moreira (1981), pode-se mesmo estabelecer, a título ilustrativo e demarcatório, o que ele chama de “sociedades naturais” e “sociedades históricas”. No primeiro caso, a terra corresponderia ao meio universal de trabalho e estaria ligada ao homem de forma orgânica. Assim, o ritmo de trabalho dos homens estaria em sintonia com o ritmo da natureza.

São sociedades onde as terras são a dispensa primitiva de onde os homens tiram seu sustento e produzem instrumentos de trabalho. Aí a natureza – terra – é a condição da produção–reprodução das relações entre os homens.

Por outro lado, nas sociedades históricas, com destaque para a capitalista, vai ocorrer à desvinculação dos homens com a terra, com a natureza, que vai ser apropriada pela classe dos capitalistas. Os homens, em sua grande maioria, são proletários, e têm que se curvar a *um ritmo de trabalho que não é mais o ritmo da natureza, mas, o ritmo da produção capitalista*. Diante desse raciocínio o autor faz a afirmação, já mencionada, de que a relação dos homens concretos com a natureza se torna uma relação predatória, tendo em vista que o que interessa é o lucro, desconsiderando os limites e ritmos da natureza homem e da natureza meio.

Ainda podemos acompanhar o raciocínio de Moreira (1981) quando ele faz a colocação de que o homem, pelo trabalho de transformação da natureza, ao mesmo tempo se põe como um ser natural e histórico, advindo daí o fato de que quanto mais cresce seu conhecimento e ação sobre a natureza, mais dela ele se liberta e mais com ela ele se funde.

Com a natureza socializada não desaparece a natureza primeira. O que temos é a natureza primeira. O que temos é a mudança da forma-natureza para a forma–sociedade. Realçemos esse ponto. O processo de historicização da natureza é o próprio processo histórico de formação da sociedade. No seu plano abstrato a história do homem (história da conversão das formas naturais em formas sociais) pode ser entendida como a história da transformação permanente e continuamente ampliada da natureza em sociedade. Frequentemente nos esquecemos de que o pão que comemos, a roupa que vestimos, o prédio que habitamos, o carro que dirigimos, as pessoas que curtimos, são formas socializadas, historicizadas, da natureza. De outra feita, igualmente nos esquecemos de que socializamos a natureza utilizando a própria natureza socializada. As máquinas e construções, que são elas mesmas segunda natureza, tornam-se de novo primeira natureza toda vez que as reincorporamos ao ciclo infatigavelmente repetitivo de transformação da natureza, isto é de trabalho. (MOREIRA, 1981, p. 80-81).

Num raciocínio dialético, o autor procura enfatizar que o processo de historicização da natureza é representado pela incorporação, na natureza, que ro-

deia e contém a sociedade, de todas as transformações e produção de objetos e mercadorias, promovidas por essa mesma sociedade. Em outro ponto podemos verificar que, para o autor uma vez ocorrido o processo de socialização da natureza, a natureza então socializada, segunda natureza, pode ser encarada como primeira natureza toda vez que é incorporada ao ciclo de transformação repetitiva da natureza pelo trabalho. Das afirmações do autor nos interessa a íntima relação entre a sociedade e a natureza num processo contínuo de transformação desta última pelo trabalho dos homens concretos.

Voltando nossas reflexões para os impactos negativos da relação sociedade–natureza no capitalismo, vamos verificar como já posto anteriormente, que sendo uma relação voltada para a produção de mercadorias num ritmo acelerado para a obtenção de lucros, tal processo tem acarretado profundas alterações na dinâmica dos fenômenos físico-químicos e biológicos presentes na natureza. Tais alterações, em sendo adversas à manutenção das condições de equilíbrio ecológico, acabam por gerar profundas degradações nos meios impactados.

Importante ressaltar, também, que o processo acentuado de produção de mercadorias levou a uma

intensa industrialização e urbanização, que tem acarretado o lançamento de resíduos sólidos em lixões e de efluentes nos corpos d'água, tanto de esgotos domésticos quanto de efluentes industriais, poluindo e contaminando as águas.

## CONCLUSÕES

Uma compreensão mais funda da relação Homem- Natureza faz-se necessária para alcançarmos um novo patamar de entendimento sobre as reais causas que levam à degradação ambiental nos dias atuais. Assinalar para o homem abstrato a responsabilidade pelos cenários de degradação do meio na atualidade é uma forma de esconder os reais processos sociais que levam os homens concretos a destruírem a base material de sustentação da vida humana, os recursos naturais.

Assim faz-se “*mister*” compreender os processos sociais que levam a estruturação da sociedade e das relações sociais aí contidas. Caminho necessário de ser percorrido para entender que os homens não se relacionam com a natureza sem antes se relacionarem entre si, que é a partir das relações entre os homens

concretos que se dá a relação destes com a natureza, configurando-se mais como uma relação sociedade – natureza.

A partir dessas reflexões podemos concluir que qualquer iniciativa de discussão ambiental e de conservação dos recursos naturais deve ser inserida num cenário maior, o da produção capitalista, em que a natureza e os recursos ambientais são apropriados e explorados além de suas capacidades de regeneração e renovação levando aos quadros de degradação ambiental observados hoje.

Diante desse cenário, as iniciativas de proteção ambiental propostas nos dias de hoje, notadamente através de normas legais, possuem limites claros, contudo, isso não significa que elas não devam ser colocadas em cena, mas torna-se importante reconhecer seus limites. No processo de suas implantações é preciso lutar para que as contradições apareçam e que as demandas sociais prevaleçam sobre as demandas dos grupos econômicos fortemente representados nos diversos fóruns decisórios de nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. de. *O que é natureza*. São Paulo: Brasiliense, 1991. 85 p.

CASSETI, W. *Ambiente e apropriação do relevo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995. 147 p.

FROLOV, I. Interpretacion Marxista-Leninista del problema ecológico. In: *LA SOCIEDAD y el medio natural*. Moscou: Progreso, 1983.

GONÇALVES, C. W. *Paixão da terra*. Rio de Janeiro. Rocco, 1984. 160 p.

MOREIRA, R. *O que é geografia*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 115 p.

SANTOS, T. dos. *Forças produtivas e relações de produção*. Ensaio Introdutório. Petrópolis: Vozes, 1984.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988. 250 p.